



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

DIANA SOUZA CRUZ

**AVANÇOS E RETROCESSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO SOCIAL
- ECONÔMICO - TERRITORIAL: O CASO DA T.I. MUNDURUKU TAQUARA,
BELTERRA - PARÁ.**

**SANTARÉM – PARÁ
2022**

DIANA SOUZA CRUZ

**AVANÇOS E RETROCESSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO SOCIAL
- ECONÔMICO - TERRITORIAL: O CASO DA T.I. MUNDURUKU TAQUARA,
BELTERRA - PARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) como requisito para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

**SANTARÉM - PARÁ
2022**



Universidade Federal do Oeste do Pará

Unidade Tapajós
Rua Vera Paz, s/n
Bairro Salé
CEP: 68035-110 Santarém - PA

Hugo Alex Carneiro Diniz
Reitor

Aldenize Ruela Xavier
Vice - Reitora

Solange Helena Ximenes Rocha
Pró - Reitora de Ensino de Graduação

Lenise Vargas Flores da Silva
Pró - Reitora de Pesquisa, Pós - Graduação e Inovação Tecnológica

Creuza Andrea Trindade dos Santos
Direção do Sistema de Bibliotecas

Renata Ferreira
Bibliotecária - Documentalista

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

C957a Cruz, Diana Souza
Avanços e retrocessos das políticas públicas no âmbito social – econômico – territorial:
o caso da T.I. Munduruku Taquara, Belterra - Pará. / Diana Souza Cruz. – Santarém,
2022.
57 p.: il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Márcio Júnior Benassuly Barros.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do
Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Ciências Econômicas e Desenvol-
vimento Regional, Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

1. Tribo indígena - Munduruku. 2. Políticas públicas. 3. Povos indígenas. I. Barros,
Márcio Júnior Benassuly, *orient.* II. Título.

CDD: 2A3 ed. 305.898115

DIANA SOUZA CRUZ

AVANÇOS E RETROCESSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO SOCIAL
- ECONÔMICO - TERRITORIAL: O CASO DA T.I. MUNDURUKU TAQUARA,
BELTERRA - PARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) como requisito para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

Conceito: _____

Data de Aprovação: _____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros – Orientador
(ICS/UFOPA)

Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa
(CFI/UFOPA)

Prof.^a Msc Francilene Sales da Conceição
(UEA/AM)

SANTARÉM - PARÁ
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO GRUPO DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No décimo oitavo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às 14:00 horas, realizou-se a Defesa Pública on-line, por meio da plataforma Google Meet, no link: <https://meet.google.com/FTUJ-lddd-qjw> da Monografia do (s) acadêmico(s) DIANA SOUZA CRUZ, matrícula: 201601265, intitulada AVANÇOS E RETROCESSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO SOCIAL - ECONÔMICO - TERRITORIAL: O CASO DA TI MUNDURUCU TAQUARA, BEL TERRA - PARÁ, sob orientação do(s) Prof. Dr. Mircio Junior Benassy Barros que compõe a banca examinadora com o Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa e Prof.^a Msc. Francilene Sales da Conceição. O (s) presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do (s) discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações finais passando a palavra para o (s) discente que efetuou seus agradecimentos. A comissão reuniu-se e apresentou o parecer final com a nota 9,5. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof. (s) Mircio Junior Benassy Barros, levtei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.

Prof. Dr. Mircio Junior Benassy Barros - Orientador(s)

Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa - Membro da banca

Prof.^a Msc. Francilene Sales da Conceição - Membro da banca

Diana Souza Cruz - Discente

A Deus, minha força nos momentos difíceis e
minha razão de viver.

Aos meus pais, Ana Maria de Souza Cruz e
Manoel Floriano Cruz, que me ensinaram
valores importantes para toda minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me permitir alcançar a realização desse sonho.

Aos meus pais Ana Maria e Manoel Floriano, por me ensinarem os valores da vida e lutar pelos meus objetivos, acreditando que tudo é possível quando se tem força de vontade e que desistir não é uma opção, pois as alegrias vêm após as lágrimas derramadas no decorrer da caminhada.

A minha vózinha, Odeize Almeida, que sempre me colocou em suas orações e chorou de alegria por ter a primeira de suas netas e netos a está no ensino superior.

As minhas irmãs, Maria Gessiana, Rosimary de Souza e Rosiene de Souza e aos sobrinhos, Gabriel, Allana e Yandara Mariah. Vocês me ensinaram que mesmo quando a saudade não quer mais aguentar no peito o elo entre nós sempre irá nos fortalecer e nesses cinco anos de academia as adversidades só me mostraram o quanto eu as amo e que tudo valeu a pena. Eu me fortaleço com vocês e por vocês.

Quero pontuar mais uma vez, Rosimary ou Mary Munduruku, como ela prefere... minha irmã a qual mais esteve presente comigo na cidade, que mais viu meus medos, desafios, dificuldades e conquistas, obrigada por segurar minha mão quando eu achava que não aguentava mais. Você me levantou mais vezes do que imagina e isso eu jamais esquecerei.

Aos meus amigos, amigas, que falavam "você é capaz", tios e tias que orgulhosamente falavam "minha filha faz ensino superior na Ufopa", e que me abrigaram neste período de transição da aldeia para a cidade. Grata por tudo!

Minha gratidão também se estende aos meus antepassados, os encantados e todos aqueles que se foram na esperança de ver seus parentes indígenas com nível superior alcançado, território demarcado, dentre outros.

Ao pajé Laurelino Floriano Cruz, ao qual eu orgulhosamente sou neta. Seus ensinamentos, sua resistência e sua essência me propuseram chegar onde estou. Mesmo eu não tendo o privilégio de ter te conhecido, (faleceu em 1998), o senhor sempre esteve presente comigo. Sua luta e defesa pelo território, seu reconhecimento étnico e cultural me fez sempre buscar ideias que fortaleçam cada vez mais nosso povo. Hoje povo Indígena Munduruku da Terra Indígena Munduruku - Taquara (Port. nº 568/2016).

As minhas Lideranças que não mediram esforços para contribuírem com este trabalho, em especial ao Tuxaua Leonardo Pereira dos Santos, bem como a todos os Munduruku de Taquara.

A todo o movimento do Baixo Rio Tapajós, pois este desencadeou-se com o pequeno vilarejo de Taquara, hoje já são 13 povos e mais de 70 aldeias no Baixo Tapajós. E que esse movimento cresça e se fortaleça cada vez mais.

A todos os meus professores, desde o ensino fundamental, médio e superior, que me ajudaram a construir essa longa e árdua caminhada. Não citarei nomes para não ser injusta e deixar de fora alguém tão importante desse meu ensino aprendizagem.

Aos meus colegas de curso que sempre estiveram me incentivando e acreditando em mim. Cada palavra de carinho e apoio a mim proferida por vocês estará para sempre no meu coração, vocês foram incríveis, GP 17.

Às pessoas que desacreditaram e torceram pelo meu fracasso, obrigada. Eu fui desafiada e isso me fortaleceu e fez com que eu não desistisse e chegasse ao fim do curso.

Ao meu Orientador, professor Dr. Márcio Benassuly, que esteve comigo no decorrer do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, e além do mais me ensinou muito quando também fui sua bolsista de Iniciação Científica e posteriormente, aceitou meu convite de ser meu orientador do Trabalho de Conclusão de Curso, mesmo não sendo familiarizado com o tema proposto por mim sobre a T.I. Munduruku - Taquara, topou esse desafio.

E por fim, a esta instituição, por me propiciar esse momento de realização e especialização, embora não tenha sido fácil, mas tudo valeu muito a pena. A Educação é imensurável quando se trata de ferramenta de luta por melhorias para as classes marginalizadas pela sociedade elitizada.

Gratidão a tudo e a todos.

Sawê!

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós
ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos
sempre.

(Paulo Freire).

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar os impactos das políticas públicas implementadas na T.I. Munduruku-Taquara relacionadas aos aspectos social - econômico - territorial, no município de Belterra (PA). Analisar como essas políticas públicas chegam na T.I. Munduruku-Taquara, sejam elas municipais, estaduais ou federais, são fundamentais para se traçar políticas que favoreçam o crescimento de forma sustentável, seguindo os preceitos e regras dos indígenas por ora estudados, levando em consideração a cultura do povo Munduruku. Como aporte metodológico, a pesquisa é de natureza qualitativa por meio de um estudo de caso. A coleta de dados foi realizada a partir de levantamento documental, bibliográfico, trabalho de campo e entrevistas. Os resultados da pesquisa indicam que houve avanços significativos de políticas públicas, porém, de forma tímida, já com relação aos retrocessos, a demarcação do território é o que requer mais atenção na atualidade. A questão territorial é a maior preocupação e aflição dos Munduruku da aldeia da Taquara principalmente pela morosidade da conclusão do processo de demarcação física da T.I., onde saúde e educação também têm demandas críticas a serem melhoradas e construídas no território.

Palavras - chave: T.I. Munduruku - Taquara. Políticas públicas. Indígenas. Território.

ABSTRACT

This work aims to analyze the impacts of public policies implemented in the T.I. Munduruku-Taquara related to social - economic - territorial aspects, in the municipality of Belterra (PA). Analyzing how these public policies arrive at the Munduruku-Taquara TI, whether municipal, state or federal, are essential to design policies that favor growth in a sustainable way, following the precepts and rules of the indigenous people studied so far, taking into account the culture of the Munduruku people. As a methodological contribution, the research is qualitative in nature through a case study. Data collection was carried out through documental and bibliographic surveys, field work and interviews. The research results indicate that there have been significant advances in public policies, however, timidly, with regard to setbacks, the demarcation of the territory is what requires more attention today. The territorial issue is the biggest concern and affliction of the Munduruku of the Taquara village, mainly due to the delay in completing the process of physical demarcation of the T.I., where health and education also have critical demands to be improved and built in the territory.

Keywords: T.I. Munduruku - Taquara. Public policies. Indigenous. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Escola M.E.F. Laurelino Floriano Cruz.....	44
Figura 02 - Frente da Aldeia parte baixa com vista para o Rio Tapajós.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - luta pela implementação, demarcação e autorreconhecimento.....	35
Quadro 2 - Fases do processo de reconhecimento de uma T.I.....	37
Quadro 3 - Fases do processo de demarcação da T.I. Munduruku - Taquara.....	39
Quadro 4 - Aumento populacional de Taquara.....	39

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ASPRAMUT	Associação de Produtores Rurais da Aldeia Munduruku Takuara
CASAI	Casa de Saúde Indígena
CF	Constituição Federal
CFI	Centro de Formação Interdisciplinar
CITA	Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns
COOMFLONA	Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós
DOU	Diário Oficial da União
ENEI	Encontro Nacional de Estudantes Indígenas
FEDERAÇÃO	Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós
FLONA	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GCI	Grupo Consciência Indígena
GP	Gestão Pública
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MPF	Ministério Público Federal
PF	Polícia Federal
Port.	Portaria
PSA	Projeto Saúde e Alegria
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SOMEI	Sistema de Organização Modular de Ensino Indígena
T.I.	Terra Indígena
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS, TERRITÓRIO E IDENTIDADE INDIGENA.....	20
1.1 Políticas Públicas.....	21
1.2 Território.....	23
1.3 Identidade Indígena.....	26
CAPÍTULO 2: FORMAÇÃO HISTÓRICA E AFIRMAÇÃO ÉTNICA DA IDENTIDADE INDIGENA NA T.I. MUNDURUKU - TAQUARA.....	29
2.1 Origem e afirmação indígena.....	30
2.2 A luta pela implementação da T.I.Munduruku - Taquara.....	34
2.3 Reivindicações de políticas sociais - econômicas - territoriais na T.I. Munduruku - Taquara.....	39
CAPÍTULO 3: AVANÇOS E RETROCESSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS - ECONÔMICAS - TERRITORIAIS NA T.I. MUNDURUKU - TAQUARA.....	42
3.1 Avanços das políticas públicas sociais - econômicas - territoriais na T.I. Munduruku - Taquara.....	43
3.2 Retrocessos das políticas públicas sociais - econômicas - territoriais na T.I. Munduruku - Taquara.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS 4.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
APÊNDICES.....	55
ANEXO.....	58

APRESENTAÇÃO

Ciente de apresentar uma breve contextualização sobre mim em relação ao tema proposto a ser pesquisado e o meu real envolvimento com a temática é que discorro abaixo:

Eu sou Diana Souza Cruz, me reconheço como Diana Munduruku, nascida e criada na T.I Munduruku - Taquara localizada à margem direita do Rio Tapajós, FLONA Tapajós, município de Belterra - Pará, filha de Ana Maria e Manoel Floriano, neta do Pajé Laurelino Floriano.

Nasci em 1997, e um ano depois meu avô Laurelino faleceu e meus parentes se reconhecem como povo indígena Munduruku. Cresci nesse meio de lutas e resistência de um povo que até então não existia e que busca manter tradições, direitos e proteção territorial.

E não foi por acaso, decidir estudar esse tema, sobre a relevância de ser estudado e produzido por uma indígena Munduruku que viveu e vive todas essas questões abordadas no decorrer do estudo. Mas para tanto, eis um pouco da minha trajetória educacional até chegar na conclusão deste trabalho.

Minha trajetória educacional desde o primário ao 9º ano foi toda em Takuara, desde muito cedo vendo e vivendo todas as dificuldades relacionadas ao transporte, infraestrutura, deficiências no ensino aprendido, falta de ferramentas que complementam e facilitam o aumento de conhecimento como biblioteca, internet, etc, para recorrer a pesquisas.

Sempre fui muito esforçada na escola, ajudava a todos os meus colegas com as matérias e nunca repeti de ano, porém, me vejo mais uma vez desafiada a cursar o Ensino Médio. Em 2011, após concluir o fundamental, descubro que não teria número de alunos suficientes para formar turma do primeiro ano do ensino médio, pois como no 9º ano éramos apenas três alunos, para formar turma seria necessário 12 alunos no SOMEI, e apenas cinco estavam nessa lista.

Nesse momento eu tinha duas opções, ficar um ano parada esperando a turma de 2012 formar para juntarmos alunos e fazer o ensino médio em 2013, ou migrar para a comunidade vizinha enfrentando todos os desafios e dificuldades e não ficar parada.

Eu escolhi a segunda opção: continuar os estudos! Fui morar na casa de uns parentes como “filha”, lá eu trabalhava e estudava. Fiz o possível para me manter focada no estudo, ignorando a saudade da família e tentando me adaptar em um outro cotidiano.

Não adiantou, faltando algumas disciplinas do 2º ano eu não consegui continuar, vim passar as férias em Takuara e não voltei mais. Até tentei ir e voltar todos os dias, porém, foi cansativo e desestimulante já que eu era a única de Takuara a fazer o trajeto de 1: 20 hr até chegar na sala de aula em Prainha I, isso todos os dias a pé. Resultado, fiquei um ano parada, esperei a turma de Takuara e concluí o Ensino Médio em 2015 na T.I.

Eu sempre senti a necessidade de ter acesso a uma infraestrutura adequada, sonhava com uma biblioteca, pesquisar trabalhos na internet, dentre outros, para conquistar novos espaços e alçar novos voos.

Em 2016, a oportunidade de ingressar no Ensino Superior foi lançada e eu agarrei-a. Fiz o Processo Seletivo Especial Indígena - 2016, passei em segundo lugar no Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. A 6ª geração de uma família inteira (família materna) estava em uma Universidade pública e federal. A filha da Ana e do Garito agora era estudante universitária.

Passei um semestre no Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) com os demais ingressos ao respectivo PSEI, em 2017 cada um foi para seus cursos. Na turma GP 17, os desafios foram incontáveis, o não domínio das ferramentas tecnológicas, falta de recursos, a timidez e nervosismo também jogavam contra... acompanhar os colegas era impossível, pois estes vinham de cursinho, escolas particulares, no entanto, lá estava eu querendo o meu espaço também.

Fiz amizades que serão levadas para a vida toda e que sempre foram muito solícitos comigo, me ajudaram, me apoiaram e aprendem comigo e, assim amenizava um pouco a saudades da família.

Em 2018 a 2019 fui Bolsista PIBEX, orientanda da professora Dra Izaura Cristina Nunes, nesse período eu tive a oportunidade de esta mais envolvida na pesquisa e extensão, já conseguia dominar meus medos e inseguranças, apresentando trabalho na Jornada Acadêmica da UFOPA em 2019, nesse mesmo ano fui para Porto Alegre no Rio Grande do Sul apresentar minha pesquisa no Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas - ENEI, e na volta em novembro deste mesmo ano, apresentei-o na Semana dos Povos Indígenas, ocorrida na UFOPA - Tapajós.

Em outubro de 2020 a agosto de 2021, fui Bolsista PIBIC, desta vez orientanda do professor Dr Márcio Benassuly, inserida mais uma vez no campo da pesquisa e iniciação

científica, agregando conhecimentos fora de sala de aula e expandindo os conhecimentos técnicos. Posteriormente, aceitou ser meu Orientador deste Trabalho de Conclusão de Curso.

O Ensino Superior não foi fácil, inúmeras vezes eu quis desistir mas eu sabia que minha desistência teria consequências muito ruim, então eu respirava fundo, enxugava as lágrimas e continuava, estava decidida a não ser só mais uma na estatística de alunos indígenas que entram na UFOPA e desistem do curso. Hoje, eu olho para trás e vejo o quão forte eu me tornei, quantos conhecimentos adquiridos, quantas pessoas conheci e o quanto eu evolui. Abri mão de muitos momentos lindos ao lado da minha família para estar correndo atrás dos meus objetivos e proporcionando dias melhores para eles, mas eu tenho certeza de que eu faria tudo de novo para chegar até aqui.

Vários outros parentes de minha família já chegaram no ensino superior depois do meu ingresso, das minhas três irmãs, duas também estão no ensino superior, e eu tenho certeza que as dificuldades que eu passei, ao máximo eu tentei amenizar e servir de suporte em auxiliá-las, não só a elas como os demais parentes indígenas, eu faço esse voluntariado principalmente para que não pereçam tanto com as questões tecnológicas em tempos de pandemia (Covid - 19).

Atualmente, consigo ter ainda mais clareza da importância da luta dos meus ancestrais e somar com mais pertinência na árdua luta que travamos para nos mantermos de pé e o conhecimento nos proporciona esse lugar de fala, esse lugar de que avançaremos cada vez mais na luta e defesa dos nossos territórios. Tanto é que, ajudei no processo de elaboração e criação do Protocolo de Consulta de Takura, documento importantíssimo para a aldeia e estou como vice - coordenadora da ASPRAMUT, que é a associação local.

Entreí com um sonho e saio com uma meta realizada. Minha família terá uma filha formada e o Povo Munduruku, uma Gestora Pública.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas são ações e programas que são desenvolvidas pelo Estado voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade, e são asseguradas no Brasil pela Constituição Federal.

Podemos entender como política pública a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo concreto ou simbólico de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas (AGUM, *et al.* 2015)

Daí a importância de discutir e refletir sobre as políticas públicas, principalmente no que tange a maneira como elas impactam a vida cotidiana das pessoas, sejam de forma positiva ou negativa. Levantar debates e partilhar a sociedade beneficiada ou não, de que forma se pode melhorar, quais as possibilidades de se aprimorar e também fiscalizar, fazendo com que a sociedade cobre seus direitos, mantendo seus deveres, de forma que participe também desse processo de reivindicação, fiscalização e elaboração das políticas públicas.

É importante frisar que há mais de 521 anos os povos indígenas sofrem inúmeras violações de seus direitos culturais, étnicos e territoriais e buscam ressignificar todas essas histórias que por um longo período vários povos ficaram submergidas, a ponto de muitos chegarem a ser dados como extintos e outros, devido ao grande genocídio, foram dizimados chegando a perda de populações inteiras.

Embora os extermínios de inúmeras populações indígenas serem nítidas, no Baixo Tapajós esse movimento renasce novamente, e conforme uma comunidade vai ressignificando a cultura indígena, outras comunidades também passam a fazer parte deste movimento, dando continuidade a seus ancestrais, ou seja, a aqueles que já habitavam neste lugar no período de todo o massacre com a chegada dos europeus.

Buscando compreender as políticas públicas em suas formas de aplicação e vacâncias nos âmbitos social, econômico e territorial relacionados à Gestão Pública e pensando no Desenvolvimento Regional é que esse trabalho objetiva analisar os impactos das políticas públicas implementadas na T.I. Munduruku-Taquara relacionadas aos aspectos social - econômico - territorial, no município de Belterra (PA).

Os objetivos específicos são: a) identificar quais políticas públicas abrangem e beneficiam a T.I. Munduruku-Taquara, b) analisar como as políticas sociais, econômicas e territoriais avançam e impactam o cotidiano dos indígenas, c) analisar os retrocessos das

políticas públicas sociais, econômicas e territoriais na T.I. Munduruku – Taquara, Baixo Tapajós e as formas de resistência dos indígenas para sua existência no território.

Ao observar as lacunas existentes T.I. Munduruku-Taquara por conta dos avanços e ao mesmo tempo dos retrocessos pertinentes no local, sejam elas por má gestão municipal e que afetam gradativamente os indígenas, sejam nos âmbitos social, econômico e territorial, notou-se a viabilidade de elaborar um projeto de pesquisa com ênfase nessa problemática de impactos no cotidiano destes e trazer formas de possíveis soluções acerca de tais problemáticas.

Além dessas lacunas que viabilizam a exploração do tema, existe a motivação pessoal da autora pelo fato de ser indígena Munduruku-Taquara e que as competências que norteiam o curso de Gestão Pública, com a pesquisa seja possível a tomada de decisão favorável a esta T.I. e também a gestão municipal em entender a realidade daquela aldeia.

Para embasar teoricamente essa pesquisa, os autores IORES (2014), GOTTMANN (2012), SANTOS (1998), SOUZA (2006) e VAZ FILHO (2010) foram fundamentais para discorrer sobre o processo histórico, étnico e cultural da T.I. Munduruku - Taquara, sobre questões territoriais e de políticas públicas.

É importante frisar que a T.I. Munduruku - Taquara está localizada no município de Belterra, margem direita do rio Tapajós, Flona do Tapajós, estado do Pará e foi a primeira comunidade a se auto afirmar aldeia indígena e desencadear o movimento indígena no Baixo Tapajós em 1998, logo após a morte do pajé Laurelino, principal liderança político-religioso da comunidade.

Após a sua morte, ocorrida em maio de 1998, os indígenas em Taquara iniciaram esse processo de reelaboração cultural, retomando manifestações rituais, língua (Nheengatú), pinturas corporais, e passaram a reconhecer pertencimentos à etnia Munduruku. (IORES, 2009).

Logo em seguida esse movimento dos indígenas de Taquara foi seguido pelos de Marituba e Bragança (IORES, 2009) e hoje no Baixo Tapajós são mais de 70 Aldeias de 13 etnias (Apiaká, Arapiun, Arara Vermelha, Borari, Jaraqui, Kumaruara, Maitapu, Munduruku, Munduruku Cara-Preta, Tapajó, Tupaiu, Tupinambá e Yawaretê).

Atualmente, a T.I. Munduruku-Taquara se encontra em fase declarada, conforme a portaria nº 568, de 11 de maio de 2016 “Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Munduruku a Terra Indígena Munduruku-Taquara com superfície aproximadamente

de 25.323 há (vinte e cinco mil trezentos e vinte e três hectares) ” (Diário Oficial da União. 12 de maio de 2016) aguardando homologação pela Presidência da República.

Ressalta-se que a Aldeia sofre constantes ameaças pelos mais variados empreendimentos, principalmente em relação ao espaço territorial, fator este que impacta econômica e socialmente a vida dos indígenas trazendo problemas pertinentes e que precisam ser debatidos não só dentro da T.I. como também para a sociedade em geral.

A metodologia do trabalho envolveu pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos, teses, sites, dentre outras publicações pertinentes e relevantes ao tema; pesquisa de campo qualitativa e de observação, sendo realizada entrevista presencial e remota com as lideranças da aldeia, pautando as políticas relacionadas ao meio social - econômico – territorial.

Partindo dessa questão, o interesse pessoal da autora foi primordial, pelo fato de ser indígena Munduruku desta T.I. e estudante de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, enfaticamente, me propus a estudar e compreender essas políticas públicas dentro do território, analisando seus avanços e seus retrocessos.

Estruturalmente, este trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e conclusão, onde o primeiro capítulo denominado *Políticas públicas, território e identidade indígena*, trata da contextualização teórica do que são as políticas públicas de fato, a questão identitária indígena e o território.

No segundo capítulo, intitulado *Formação histórica e afirmação étnica da identidade indígena na T.I. Munduruku - Taquara*, é debatido todo o processo histórico do movimento indígena do Baixo Tapajós, mais precisamente da aldeia Taquara, desde o processo de auto afirmação da estrutura política organizacional e análise do movimento no Baixo Tapajós.

O terceiro capítulo intitulado, *Avanços e retrocessos das políticas públicas sociais - econômicas e territoriais na T.I. Munduruku - Taquara*, realiza uma abordagem mais empírica dos avanços e retrocessos das políticas públicas no território Munduruku, através do olhar das lideranças indígenas elucidando os impactos positivos e negativos.

CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS, TERRITÓRIO E IDENTIDADE INDÍGENA

As definições voltadas para as políticas públicas enfatizam muito a solução de problemas, SOUZA (2003), destaca que críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses.

De acordo com a autora, apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores.

Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003)

Gottmann (2012) diz que território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo. Se as ideias não são necessariamente enraizadas ou situadas no espaço, o fenômeno material e a ação política aos quais essas ideias concernem devem ser localizados em algum lugar do espaço geográfico.

Em relação ao processo de identificação indígena, Vaz Filho (2010) fala que em um contexto onde há uma grande homogeneidade histórica e cultural entre os moradores, as comunidades, aldeias indígenas e os seus líderes passam a destacar alguns itens ou ideias que possam marcar a diferença entre uns (Nós) e outros (Outro).

Trata-se das definições de relações entre indígenas e não-indígenas, uma questão de demarcação territorial, étnica e cultural, quando determinado grupo passa a assumir-se como indígena e deseja ser tratado como tal, destacando mais uma vez o autor supracitado “é preciso assinalar algumas diferenças, estabelecer fronteiras. O repertório selecionado inclui o uso de palavras, símbolos, ritos, traços materiais e até a recuperação de dicotomias cristalizadas na história, como é o caso de índios X portugueses ou brancos” (VAZ FILHO, 2010, p. 275)

1.1 Políticas Públicas

O tema das políticas públicas é relativamente recente na pesquisa acadêmica do Brasil, apenas nas últimas décadas foi incorporado à nossa agenda de pesquisa, impulsionado em parte, pela constituição de grupos temáticos em algumas associações científicas (SOUZA, 2003).

Objetivando contribuir com o enfrentamento ou agravamento dos problemas ao qual ela é direcionada, para sanar sua demanda e satisfazer o desejo da sociedade ou parte dela. Embora as políticas públicas não tenham, obviamente, capacidade para enfrentar sozinhas os desafios acima referidos (SOUZA, 2003)

Para Faria (2003), a notória carência de estudos dedicados aos processos e às metodologias de avaliação de políticas, contudo deve também ser tributada à escassa utilização da avaliação, como instrumento de gestão, pelo setor público do país nos três níveis de governo. Tais pontos, ainda seguem magnetizados pelos processos decisórios.

Destaca-se que é importante frisar que as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas áreas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2006)

Souza (2006) enfatiza que pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Pois de acordo com Souza (2006) as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Cabe destacar que as políticas públicas não são restritas somente ao governo, embora formalmente partam deste, as políticas informais, ou seja, paralelas ao governo são

tão importante quanto as formais, pois também surgem com a necessidade de abranger e sanar problemas demandados de determinada população e solucionando o problema em questão.

Para compreendermos melhor, o que de fato é uma política pública, já que esta não tem uma única definição, Souza (2003) destaca:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.² A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2003, p. 12 - 13)

Embora tenham outras definições que enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de idéias e interesses (SOUZA, 2003).

E de forma sucinta, descreve:

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2003, p. 13)

Souza (2003) nos diz que a visão mais comum de parte da teoria da escolha racional, de que o processo decisório relativo às políticas públicas resulta apenas de barganhas negociadas entre indivíduos que perseguem seu auto-interesse, é contestada pela assunção de que interesses (ou preferências) são mobilizados não só pelo auto-interesse, mas também por processos institucionais de socialização, por novas idéias e por processos gerados pela história de cada país.

No entanto, as políticas públicas, sejam elas formais ou informais, tendem a reduzir as desigualdades na sua provisão da sociedade. As análises sobre políticas públicas

implicam responder à questão sobre que espaço cabe aos governos na sua definição e implementação. (SOUZA, 2003)

Ainda de acordo com a autora acima, apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesses, os movimentos sociais e as agências multilaterais, por exemplo, com diferentes graus de influência segundo o tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumenta que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e governar não está empiricamente comprovada.

É importante ressaltar que a construção das políticas públicas, bem como suas implementações, são formuladas a partir do momento que os representantes políticos traçam suas metas de agendas em campanha, formulando questões que abarcam os anseios da população e traçando ações e programas objetivando resultados favoráveis impactando de forma positiva a vida desses eleitores e transformando o mundo real.

1.2 Território

Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. (SANTOS, 1998).

Gottmann (2012) conceitua que o território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia.

Santos (1998) refere-se ao território de modo que o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

E é justamente pelo “risco da perda do sentido da existência” que as populações indígenas defendem o território, como seu bem maior, enfatizando a questão de pertencimento ao lugar, visto que, já são incontáveis os danos ambientais causados pelas ações do homem.

O fato de não haver essa relação de conexão de pertencimento e extinto protetor do território pelos grandes latifundiários faz com que o desmatamento esteja cada vez mais acelerado, algo que é nítido para as populações indígenas e, que por inúmeras vezes tem seu território demarcado com seu próprio sangue já que esse assunto sobre territorialidade não são pautas tão relevantes nas agendas públicas do governo, conforme mencionado abaixo.

Souza (1998) destaca que:

A questão da espacialidade, da territorialidade brasileira, é sempre deixada de lado nas discussões políticas brasileiras e nas formulações dos Planos e Políticas Públicas. Os discursos produzidos sobre estas questões insistem em ignorar que as características essenciais da economia brasileira, ou, melhor dizendo, a formação sócio-espacial brasileira, a formação do território brasileiro, é produto das relações sociais no Brasil. A sociedade e o espaço brasileiros precisam ser considerados concomitantemente. O viés economicista, que há duzentos anos domina a elaboração das políticas econômicas e sociais, no entanto, impede esse tipo de análise e consideração (SOUZA, 1998, p. 25)

A velha política do “integrar para não entregar” continua pertinente na Amazônia, e mais uma vez há pessoas pertencentes a estes territórios sendo ignoradas e escoraçadas. Há populações que vivem e dependem destes territórios a séculos e mais séculos, porém, como mencionado anteriormente por Souza (1998), assuntos pertinentes aos territórios é sempre deixado de lado das agendas governamentais, pois segundo eles, “progresso” é desmatar uma floresta inteira e colocar pastos e grãos.

A percepção economicista voltada ao território apenas com viés de lucro e mais lucro é notória diante dos grandes impactos ambientais ao qual o planeta está sendo subjugado, não está, de fato, sendo ponderado o risco à existência da biodiversidade no planeta. Ainda de acordo com SANTOS (1998, p.15) “Hoje a natureza é histórica [...] inclusive o chamado “meio ambiente”. Seu valor “local” é relativo, ou em todo caso, relativizado”.

Silveira (2011), pondera que se as formas são importantes, também o são as ações humanas, isto é, o comportamento no território das pessoas, das instituições, das empresas, determinando um dinamismo que varia segundo sua origem, sua força, sua intencionalidade, seus conflitos.

As diversas situações que envolvem o território, sejam elas perceptíveis a uma arena de interesses, interesses advindos de todas as ordens, pautando divisões de trabalhos, como pontua SILVEIRA (2011, p. 20) “um território é um conjunto sincrônico de divisões do trabalho, não sem a hegemonia daquela fundada na técnica e na organização de mais alto desempenho”

De acordo com o autor supracitado, considerando suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo, o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Tanto é que:

Por ser tradicionalmente usado tanto como abrigo quanto como recurso, o território cria um dilema básico para seu povo. Ele pode tentar desenvolver os recursos como um sistema autocontido, tendo em mente o uso como abrigo. Pode também adotar uma atitude completamente diferente e usar o território para desenvolver os recursos próprios dos lugares, numa grande rede de relações diversas, com uma mentalidade expansionista. Ter de realizar essa escolha cria um dilema permanente para um país. Não há uma resposta fácil para o problema: teoricamente, a solução residiria em um consenso balanceado entre isolamento e expansão. A expansão não envolve necessariamente alargamento territorial, mas pressupõe confiar política e economicamente numa vasta rede de relações externas. (GOTTMANN, 2012, p. 532)

Quando o poder público promove poucas atividades oligopolizadas, o território vê transformar-se recursos em ativos circunscritos e limitados a um pequeno número de atores. Desse modo, cresce a vulnerabilidade do território e da sociedade e a riqueza se concentra. Talvez um caminho para transformar essa situação seja formular as políticas públicas que, considerando que o território usado é plural, possam assegurar a possibilidade de existência de todos os atores.

Gottmann (2012), sintetiza que a conclusão do conceito de território, com seus componentes materiais e psicológicos, é um dispositivo psicossomático necessário para preservar a liberdade e a diversidade de comunidades separadas em um espaço acessível independente.

Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político.

Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo. (GOTTMANN, 2012)

A percepção de território que as populações indígenas têm são notadamente desvalorizadas pelos grandes capitalistas, latifundiários dentre outros, enquanto os indígenas precisam, lutam pelo território enfatizando o bem viver, preocupados não só com o futuro de suas gerações, mas juntamente com o planeta inteiro, é perceptível as ameaças e intimidações com líderes e defensores dessas causas.

A devastação da Amazônia a cada dia está mais a florada, manter a floresta em pé é uma tarefa cada dia mais demarcada pelo sangue de seus defensores. Vidas ceifadas, espécies dizimadas e o aquecimento global cada vez mais generalizado. No entanto, acreditar que o amanhã será diferente, que defender o território é uma forma de manter a vida e afirmar a etnicidade indígena nos propõe sonhar que isso é possível, afirmar a identidade indígena de um povo que outrora fora considerado extinto nos traz um alento e força para seguir.

1.3 Identidade Indígena

Território e identidade indígena no baixo tapajós estão sempre imbricados, um depende do outro para existir e ambos se fortalecem. A defesa do território, a questão do pertencimento ao lugar, reafirma e valida a identidade étnica e cultural de povo que em outrora foram considerados extintos e que, no entanto, jamais deixaram de existir.

E por falar em Identidade Indígena, é impossível não mencionar Taquara, um pequeno vilarejo que assumiu-se indígena em 1998 no município de Belterra, Pará, onde tudo começou, e posteriormente, Bragança e Marituba, (2001) ambas também em Belterra e pertencente ao povo Munduruku, assim como Taquara, destacando-se como o movimento indígena do Baixo Tapajós.

No entanto, em sua tese de doutorado, Iores (2014), apresenta três momentos cruciais relacionados à reconstrução territorial e das identidades sociais que se iniciaram com a criação da Flona Tapajós.

O primeiro conjunto de eventos, ocorridos de 1974 até o início da década de 1990, caracterizou-se pelas tentativas governamentais de remoção forçada das pessoas da área da Flona e pelo não reconhecimento de uma organização social e identitária das

comunidades. Em vez disso, aos olhos do governo, as pessoas das comunidades eram identificadas como caboclos, invasores ou ocupantes ocasionais e, por conseguinte, seus direitos territoriais eram negados. O segundo grupo de eventos, iniciados em 1994, caracterizou-se pela admissão, pelo governo, da permanência das pessoas das comunidades na área da reserva florestal, após terem sido oficialmente reconhecidas como “populações tradicionais”. [...] um terceiro momento desta longa história de (re)construção dos territórios e das identidades sociais das comunidades, o qual foi definido por um processo de reelaboração das identidades indígenas, iniciado em 1998 entre as pessoas das comunidades de Taquara, Marituba e Bragança (IORES, 2014, p. 242)

O movimento desencadeado em Taquara, descrito pela autora acima como “movimento indígena”, buscou validar sua reafirmação de pertencimentos étnicos e suas práticas culturais, crenças e costumes ancestrais, bem como pela reivindicação junto à Fundação Nacional do Índio (Funai) para o reconhecimento e demarcação de suas terras.

A luta pela demarcação territorial vem validar a questão de pertencimento ao lugar, de forma que o território é o corpo e o espírito do indígena e por isso acentua a identidade étnica daquele povo. Conforme destaca Iores (2014, p. 242), “o movimento indígena emerge de motivações das próprias comunidades, que começaram a reconstruir antigas tradições culturais indígenas e a remodelar suas formas de organização política e cultural”

Vaz Filho (2010) descreve esse momento, destacado por IORES (2014), anteriormente:

Em Takuara, durante a festa Poracé Abá, em dezembro de 1998, os moradores justificavam a sua identidade indígena se referindo ao falecido pai e avô da maioria do lugar. Segundo eles, Seu Laurelino costumava insistir nas suas origens indígenas, dizendo: — Minha mãe era índia e o meu pai também. Muitas vezes quando falava ninguém entendia o que ele queria dizer, ele era o puro índio, por isso eu sou índio também. No caso de Takuara, Seu Laurelino serviu não apenas como aquele que dizia que era filho de índio puro, mas, conforme seus filhos e netos, —no seu leito de morte expressou seu último desejo que seu povo lutasse pelo reconhecimento de sua origem. Por isso, procuraram a FUNAI em Itaituba. Laurelino é o próprio antepassado indígena expressando o desejo de que seus descendentes se reconheçam como índios, em depoimento gravado por mim e ouvido durante o encontro da Poracé Abá. (VAZ FILHO, 2010, p. 232)

A reivindicação da demarcação das terras é central na avaliação dos moradores quando fazem suas opções identitárias, envolvendo direitos e a relação com instituições governamentais.

A partir da autoafirmação do pequeno vilarejo de Taquara de assumirem-se como indígenas e tratar taquara não mais como comunidade e sim como aldeia, dezenas de outras

comunidades da margem esquerda do rio Tapajós também procuram os órgãos competentes reivindicando sua identidade étnica como indígenas.

É importante frisar que foi precisamente após a morte de líder e patriarca Laurelino que as pessoas da comunidade de Taquara iniciaram o movimento de reafirmação das tradições culturais indígenas, e passaram a se reconhecer como pertencentes à etnia Munduruku, já que era um desejo de Laurelino em seu leito de morte, que seus filhos e netos lutassem pelo reconhecimento étnico cultural de Taquara.

Em decorrência do ocorrido em Taquara, destaca-se que atualmente a região do Baixo Tapajós já são mais de 70 aldeias reconhecidas, de 13 diferentes povos, denominados de: Apiaká, Jaraki, Kumaruara, Munduruku, Munduruku Cara Preta, Borari, Arapium, Tupinambá, Maitapu, Tapuia, Tupaiú, Tapajó e Arara Vermelha, lutando pela demarcação de seus territórios, costumes e valorização cultural.

Conforme Vaz Filho (2010) desde os primeiros anos da organização indígena no Baixo Tapajós, os moradores encaminharam vários abaixo-assinados à FUNAI reivindicando, preliminarmente, o reconhecimento como índios e, na sequência a terra demarcada. Durante anos, os líderes remetiam os documentos para Itaituba, alguns deles foram mesmo até a capital federal, e esperaram a ação do governo, muito lenta.

Em resposta à morosidade dos processos, os indígenas ousaram fazer a própria autodemarcação de seus territórios, uma forma de pressionar a FUNAI a respeitar os seus direitos e conseqüentemente, reconhecer delimitadamente cada território.

Desta forma, o movimento indígena emerge de motivações das próprias comunidades, que começaram a reconstruir antigas tradições culturais indígenas e a remodelar suas formas de organização política e cultural, elucidando uma nova identidade étnica cultural no Baixo Tapajós, se “distinguindo-as como um grupo social próprio (os indígenas), como também redefiniu a configuração do campo político, no qual novas relações sociais e espaciais têm se conformado.” (IORES, 2014, p. 242)

Ainda segundo a autora, para reassumir o controle mínimo sobre seus territórios historicamente ocupados, tornava-se necessário o restabelecimento de uma conexão com o passado, com suas origens, recriando suas organizações socioculturais e políticas, e assim o fizeram sob o manto das antigas tradições indígenas. Foi por meio deste movimento que as três comunidades indígenas na Flona Tapajós se distanciaram da categoria das “populações

tradicionais”, permitindo-lhes se sentirem “libertas” para decidir sobre seu destino e suas terras.

No que tange a expressão de resgate cultural, Vaz Filho (2010) descreve que os povos operam um processo dinâmico de construção e reconstrução das suas cosmologias e práticas, que envolve uma boa dose de elementos tidos como tradicionais, e outra dose de novidades que são incorporadas sob a justificativa da persistência da tradição, bem como a importação de práticas culturais de outros povos e que acabam fazendo parte de uma grande tradição.

Ele também descreveu, trecho de uma reportagem:

A pronta, genuína e perspicaz resposta de Guilherme Floriano, de Takuara, em atenção à pergunta – Por que viraram índio agora? – que lhe foi dirigida pelo repórter Caco Barcelos, em setembro de 2000, pode dar ao leitor a ideia precisa do uso do termo no baixo Tapajós: —Não é virar não, nós sempre fomos. Estamos resgatando...” (VAZ FILHO, 2010, p.265)

A ligação com os antepassados, a questão de pertencimento territorial e busca de políticas públicas, voltadas aos povos originários, relacionados à saúde, educação, infraestrutura dentre outros, só elucidam ainda mais que "não se vira índio", o que se faz é um processo de reorganização e retomada dos costumes étnicos bem como reconhecimento identitário originário, bem como será explicitado com mais clareza no capítulo posterior a este ao qual o trabalho se propõe trazer essa questão étnica, histórica e identitária da T.I. Munduruku Taquara.

CAPÍTULO 2: FORMAÇÃO HISTÓRICA E AFIRMAÇÃO ÉTNICA DA IDENTIDADE INDIGENA NA T.I. MUNDURUKU - TAQUARA

O núcleo histórico familiar do povo Munduruku Taquara é atribuído ao casal Simplício Pinto de Assunção, filho de português com índia do povo Munduruku, datando sua chegada ao local em 1889. E a partir deste casal é que se consolida toda a descendência dos indígenas, ganhando um impacto maior quando Laurelino constitui morada em Taquara expandindo ainda mais o núcleo familiar e posteriormente com o seu falecimento em 1998, o pequeno vilarejo passa a se auto reconhecer nacionalmente como Povo Indígena Munduruku e passa a buscar sua identidade indígena.

No entanto, esses movimentos de reconstrução de identidades étnicas que são desencadeados em Taquara rapidamente são expandidos a outros grupos que também passam a se identificar como população indígena fortalecendo o movimento fervorosamente na região do Tapajós, pois como é sabido, até então (1998) esses grupos do Baixo Rio Tapajós não eram reconhecidos pelo Estado, e até mesmo dados como extintos.

Iores (2014) ressalta que, os grupos indígenas buscam restabelecer uma relação com suas origens, reinventando antigas tradições culturais que lhes permitem definir-se como uma coletividade etnicamente organizada, e que os diferencia de seus vizinhos regionais.

Esse processo que ocorreu em Taquara de retomada pelas tradições culturais, éticas e principalmente pela defesa territorial, foi associando a liberdade e identidade indígena permitindo uma conexão com as origens étnicas, de certa forma para se sentirem livres no território que ocupavam (IORES, 2014), valorizando e destacando a importância do território para os movimentos sociais de reconstrução étnica e cultural, observando a conexão entre os sentimentos de pertencimento étnico e o local de origem específico.

2.1 Origem e afirmação indígena

Há mais de 521 anos os povos indígenas sofrem inúmeras violações de seus direitos culturais, étnicos e territoriais e buscam ressignificar todas essas histórias que por um longo período vários povos ficaram submergidas, a ponto de muitos chegarem a ser dados como extintos e outros, devido ao grande genocídio, foram dizimados chegando a perda de populações inteiras.

Embora os extermínios de inúmeras populações indígenas serem nítidas, no Baixo Tapajós esse movimento renasce novamente, e conforme uma comunidade vai ressignificando a cultura indígena, outras comunidades também passam a fazer parte deste movimento, dando continuidade a seus ancestrais, ou seja, a aqueles que já habitavam neste lugar no período de todo o massacre com a chegada dos europeus.

Estas pessoas estão convencidas de que elas efetivamente são indígenas porque estão em continuidade com os povos indígenas que primeiro habitaram aquelas terras. A história e a antropologia lhes dão razão. Os vários povos que ali habitavam a época da chegada dos europeus, e que, desde então, foram profundamente impactados pelas guerras, epidemias, escravização e catequese, não desapareceram num passe de mágica. Seus descendentes, incluindo os mestiços, reorganizaram suas crenças, seu modo de vida e suas comunidades, criando estratégias para resistir e continuar

vivendo. A crença nos encantados e a existência dos pajés ainda hoje é sinal desta resistência (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014, p. 13)

No entanto, a luta diária para se manter vivos diante de um passado tão cruel e um presente que coloca a prova e nega a existência dos povos originários, é cada vez mais árdua.

A T.I. Munduruku - Taquara, foi a primeira comunidade a se auto afirmar como aldeia indígena no Baixo Rio Tapajós no ano de 1998, pertencentes ao povo Munduruku, local este considerado inexistente a presença de indígenas. Taquara está localizado na Flona Tapajós, margem direita do rio Tapajós, município de Belterra - Pará, com uma área equivalente a 25.325 hectares de extensão.

Fazendo uma contextualização histórica da origem e afirmação étnica e cultural dos indígenas de Taquara, é perceptível que estes sempre estiveram presentes neste território. Segundo relatos dos antigos moradores, estes datam de 1889 a chegada do casal Simplicio Pinto de Assunção e Maria Porquéria que constituem a origem deste como pertencentes ao povo Munduruku, ele, filho de português com índia do povo Munduruku, cuja mãe chama-se Gardina, conhecida como Gadi.

De acordo com o Protocolo (2021), o casal tinha apenas dois filhos, o menino se chamava Inácio Pinto e a menina chamava-se Isabel Francisca de Assunção que se estabeleceram e constituíram família. O casal Simplicio e Maria viveram até o ano de 1905, deixando seus filhos permanentes nesse lugar porque já eram casados.

Quanto ao significado do nome Takuara/Taquara, o que se sabe segundo relatos dos moradores é que exploradores que ali andaram encontraram uma flecha de taboca, fincada em uma serra, cujo significado seria Takuara e, assim deram o nome à serra de “Serra do Takuara”. Tempos depois o local passou a ser chamado apenas de Takuara. Já conhecido, o local ficou desabitado durante 209 anos e a ansiedade de alguns homens brancos aumentava para ali habitar, mas não havia meios, sendo habitado novamente apenas em 1889 quando chegou Simplicio Pinto de Assunção.

É importante frisar a grafia do nome Takuara/Taquara, que se dá de duas formas, com a letra “q” e “k” devido ao fato de que na língua materna Munduruku a escrita não há na escrita a letra “q”, sendo substituído pela letra “k”, daí “Takuara”. Porém, na Portaria n. 568 de 11 de maio de 2016, foi publicado o T.I. Munduruku-Taquara, com a letra “q”, uma vez

que na língua portuguesa não há restrição ao alfabeto (POVO MUNDURUKU/TAKUARA, 2021)

Dito isso, a partir da chegada do casal Simplicio e Maria, o núcleo familiar vai se expandindo e se configurando passando a ter mais fervorosidade com a chegada de Laurelino, em 1934, que passará a ser a principal figura econômica, política, religiosa e xamanica do local.

Considerado o Pajé mais famoso do Tapajós, Laurelino, faleceu em 1998, que, além de curador poderoso, era patriarca de um extenso e dominante núcleo familiar e principal liderança política entre os indígenas, como mencionado anteriormente, apresentando uma estreita relação entre os desempenhos político e religioso.

Ainda de acordo com o Protocolo de Consulta (2021), menciona este momento de chegada e falecimento de Laurelino:

Em 1934 chegou neste lugar Laurelino Floriano Cruz, descendente do povo Cumaru, para trabalhar na exploração de pau-rosa e Massaranduba, e no ano seguinte casou-se com Dona Maria Nicomedia, filha de Manoel Ribeiro dos Santos, descendentes dos Tupinambá e de Dona Isabel Francisca, com quem teve 4 filhos. Laurelino ficou viúvo, mas continuou vivendo no mesmo lugar. Casou-se novamente com dona Cândida Ribeiro que era sua cunhada e construiu a segunda família. No segundo casamento, tiveram 9 filhos e adotaram mais 7 para criar com os seus filhos. Laurelino veio a falecer no dia 31 de maio de 1998, no lugar Takuara, com 88 anos, deixando filhos e parentes indígenas a fim de garantirem e buscarem nossa cultura, nossa língua e nossos costumes (POVO MUNDURUKU/TAKUARA, 2021, p. 12)

Conforme mencionado anteriormente, Laurelino exercerá um papel de líder nesta área, de grande relevância, principalmente, devido ao fato de ser conhecido como o grande pajé do Baixo Tapajós, daí recebia pacientes de todo o Brasil, pacientes estes que muitas vezes estavam desenganados dos médicos e vinham em busca de tratamentos.

Com a morte de Laurelino, em 1998, que provocou grande comoção em seus familiares e demais pessoas que o conheciam e na busca de realizar seu último pedido em leito de morte, para que seus filhos buscassem o reconhecimento de povo indígena, que não se envergonhar de sua condição, pois o mesmo afirmava que era indígena e não se envergonha de ser, e os seus filhos deveriam lutar pelo reconhecimento e proteger seu território, conforme relata o antropólogo Vaz Filho (2010)

Ainda em fins de 1998, aconteceu um fato marcante na história regional: o pequeno vilarejo chamado Takuara, localizado à margem direita do rio Tapajós, município de Belterra, assumiu publicamente sua identidade indígena. A decisão foi tomada após

o falecimento do seu líder, o curador Laurelino (31/05/1998), que provocou grande comoção entre as famílias, que se reuniram para escutar, repetidas vezes, a entrevista que ele me concedera, em 1994 e 1995. Causou profunda reflexão os trechos em que ele dizia que era índio, filho de pais —puro índio!, e que não se envergonhava dessa condição. Com essas palavras ecoando nas mentes, os filhos do falecido pajé sugeriram aos outros moradores que deveriam se assumir como índios e buscar a demarcação das suas terras. Todos aceitaram, e o filho mais velho do falecido procurou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na cidade de Itaituba, em busca do reconhecimento de que eles eram índios. (VAZ FILHO, 2010, p. 34)

E buscando atender a esse pedido de seu líder, Raimundo Carpinteiro, como era conhecido, partiu para Itaituba, junto a FUNAI, para buscar esse reconhecimento e comunicar a nova condição do pequeno vilarejo de Taquara, agora como aldeia e não mais como comunidade.

Esta ida a Itaituba foi favorável ao agora povo indígena, pois segundo Vaz Filho (2010) relata que o administrador do órgão pareceu não ter duvidado disso, e lhe entregou um documento onde afirmava que a comunidade de Taquara tinha grandes possibilidades de ser reconhecida oficialmente como indígena, e que deveria aguardar os estudos antropológicos que dariam a palavra final sobre sua identidade.

Esse documento foi motivo de orgulho para os Munduruku de Taquara, sabendo que o primeiro passo favorável ao reconhecimento como povo diferenciado e pertencente a um povo que outrora tinham sido subjugados extintos, proporcionou um fortalecimento ainda maior para enfrentarem as adversidades posteriores que vieram a surgir nesta árdua caminhada que apenas tinha se iniciado.

Ainda de acordo com o autor acima, tal fato causou grande surpresa entre os vizinhos e na sociedade santarena. Afinal, todos pensavam que os índios da região haviam sido extintos há muito tempo. “Alguns duvidaram da sua verdadeira indianidade e outros, como era o meu caso, celebraram a coragem daquele povo de se assumir indígena em meio a muitos preconceitos” (VAZ FILHO, 2010, p. 30)

É notório o entusiasmo do Frei Florêncio, (indígena Maytapu) ao relatar em sua tese, uma síntese desse momento de autorreconhecimento do povo de Takuara:

Este fato foi amplamente divulgado e comentado por mim no programa de rádio, onde eu mostrava que era legítima a sua reivindicação, pois as raízes culturais da região eram indígenas. Por minha sugestão, os líderes de Takuara organizaram a Poracé Abá, uma festa pública para se apresentar como indígenas e explicar essa sua decisão. Junto com agentes do Grupo Consciência Indígena (GCI), um representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de Belém e das Pastorais Sociais da Diocese, líderes do movimento da Resex e jornalistas, fomos à Takuara participar desse evento (19-20/12/1998). Isso foi muito comentado na Rádio Rural de

Santarém, principalmente no programa Nossa Voz é Nossa Vida, sempre reforçando a autoestima dos moradores com relação à sua memória, cultura e identidade. (VAZ FILHO, 2010, p. 35)

Iores (2009) destaca que eles estabeleceram uma conexão com suas origens étnicas, reinventando velhas crenças e rituais, eles definiam parâmetros culturais que as permitiam se sentir “livres” no território que ocupavam.

Desta forma, Taquara passa a se assumir como um povo diferenciado com cultura e direitos. Tal fato, também é relatado no Protocolo da Aldeia (2021) “Nos dias 18 a 20 de dezembro, houve uma grande festa denominada Poracê Abá (quer dizer festa da gente) para celebrar o reconhecimento do povo Munduruku e, a partir desse período, Taquara passa a ser reconhecido como um povo diferenciado a nível nacional e internacional. ”

Lembrando que após a autoafirmação do pequeno vilarejo de Taquara enquanto povo indígena, outras comunidades, tanto da FLONA, quanto da RESEX passaram a se auto reconhecer como indígenas no baixo Tapajós e também a reivindicar os seus direitos. Hoje são mais de 70 aldeias, de 13 povos no baixo Tapajós, lutando pela preservação e demarcação de seus respectivos territórios.

2.2 A luta pela implementação da T.I. Munduruku -Taquara

Desde que a comunidade de Taquara passou a se auto reconhecer como aldeia e pertencente ao povo Munduruku, esta teve que lidar com o preconceito, a discriminação e vários outros adjetivos que lhes eram atribuídos pela sua nova condição de autoafirmação. A perda de seu maior líder, fez com que a dor do luto, proporcionassem não só atender a um desejo dele, mas como também enfrentar tantas adversidades tornando-se um povo cada vez mais aguerrido na busca por dias melhores, demarcação territorial e assegurando que seus filhos e netos tivessem um futuro garantindo suas tradições na arte da caça, pesca e coleta, etnicidade e cultura.

A seguir, na Quadro 1, é possível acompanhar uma linha dos principais acontecimentos que houveram desde a criação do GCI que desenvolveu esse papel pioneiro de conscientização, discussão e reflexão do ser indígena no Baixo rio Tapajós e posterior rio Arapiuns, de que não se tratavam de ‘caboclos’ e várias outras denominações, e, sim, de indígenas, que embora fossem considerados extintos, estavam submersos a nomenclaturas

dadas pelos colonizadores e que com a morte do Pajé Laurelino foi uma espécie de estopim para a ressignificação cultural e étnica desses povos no Baixo Tapajós.

Quadro 1 - Luta pela implementação, demarcação e auto reconhecimento.

1997	Criação do Grupo Consciência Indígena - GCI
31/05/1998	Morte do Pajé Laurelino.
07/08/1998	Documento da FUNAI - Itaituba, que afirmava que Takuara tinha grandes possibilidades de ser reconhecida oficialmente como aldeia indígena.
Nov. de 1998	Criação da RESEX
19 - 20/ 12/ 1998	Poracê Abá (Festa de Índio), objetivando se apresentar (Takuara) como indígena e explicar sua decisão publicamente.
10 -11/04/1999	1º Missa Indígena, celebrada em Takuara, discutindo sobre identidade e direito indígenas.
31/12/1999 e 01/01/2000	I Encontro dos Povos Indígenas do Rio Tapajós (Jauarituba), objetivo era celebrar os “500 anos de resistência indígena.”
07/04/2000	A Caravana da Marcha Indígena passa por Santarém, com destino a Bahia. Neste período já se contactaram 11 comunidades assumidamente indígenas e que seguiram junto à caravana.
23/05/2000	Criação do Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns - CITA.
30 - 31/12/2000 a 01/01/2001	II Encontro dos Povos Indígenas (São Francisco). Contavam-se aproximadamente 18 comunidades autodeclaradas indígenas.
2001	1º documento Oficial da FUNAI - Brasília reconhecendo a existência dos povos indígenas no Baixo Tapajós. ‘O Relatório de Viagem ao Rio Tapajós’, de Rita H. Almeida, antropóloga.
30 - 31/12/2001 a 01/01/2002	III Encontro dos Povos Indígenas dos Rios Tapajós e Arapiuns (São Pedro). Neste período se somavam 25 comunidades / aldeias indígenas.
20S03	Grupo de Trabalho - GT de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas da FLONA. Contexto de conflito entre indígenas e não - indígenas.
22 - 23/05/2003	Reunião em Vila Franca, solicitada pelo movimento indígena ao MPF, visando esclarecer o conflito desencadeado pelos representantes da RESEX, contra os indígenas.
11 a 13/07/2003	IV Encontro dos Povos Indígenas dos Rios Tapajós e Arapiuns (Aldeia Bragança)

11 a 13/07/2003	V Encontro dos Povos Indígenas dos Rios Tapajós e Arapiuns (Cachoeira do Maró)
10/12/2007	Odaír José Borari recebeu o prêmio José Carlos Castro de Direitos Humanos, oferecido pela OAB do Pará. Líder indígena sofreu ataques e inúmeras ameaças de morte devido à luta pelos direitos dos povos indígenas e demarcação territorial.

FONTE: VAZ FILHO, 2010, organizado pela autora.

Nesse período de 10 anos, anteriormente supracitado, o movimento indígena mostrou de fato o que é resistência e que não estavam extintos e tão pouco deixaram de existir. Embora a dimensão e visibilidade dos indígenas no Baixo Tapajós tivesse ganhando mais importância na organização de lutas em busca de respeito e reconhecimento político as intimidações e retaliações acabaram enfraquecendo o movimento que estava começando, conforme destaca Vaz Filho (2010):

Não foram poucas as situações em que os líderes do GCI e CITA tiveram que debater, diretamente, com opositores dos indígenas, como diretores e técnicos do IBAMA, líderes do STR de Santarém, da Associação Tapajoara da Resex e do CNS, que passaram a ser críticos do movimento indígena a partir do final de 2001. Esse —racha, como ficou conhecida a divisão entre essas entidades, trouxe profundas consequências para o desenvolvimento do movimento indígena (VAZ FILHO, 2010, p. 40)

Ainda segundo este mesmo autor, em 2003, com o anúncio da vinda do GT de Identificação e Delimitação das terras dos Munduruku na Flona, foi novamente suscitado um contexto, visivelmente fabricado, de conflito com os indígenas. Muitos moradores das comunidades não-indígenas estavam revoltados com a demarcação das TIs, que iria - segundo eles, tomar as suas terras e expulsar-lhes da área.

Embora fossem esclarecidos que tais afirmações não tinham fundamentos, não só pelos indígenas como por outras entidades, o temor continuava e os conflitos de interesses eram visíveis neste período. Conforme descreve Vaz Filho (2010), sobre o conflito.

O clima de confronto entre os dois lados continuou por todo o segundo semestre de 2002 e primeiros meses de 2003. Líderes ligados à Resex diziam nas comunidades que não poderia haver demarcação de TI dentro de uma Resex, e os coordenadores do GCI e CITA, em documentos e nos jornais, continuavam exigindo da FUNAI a demarcação. No rádio ou em reuniões, os líderes do GCI e do CITA respondiam às dúvidas e tentavam desfazer as fofocas, que lhes eram altamente prejudiciais. Além das calúnias já citadas, falava-se que os moradores estavam sendo enganados por

mim e pelo GCI e CITA. Foi muito grande o estrago político para o nascente movimento indígena. (VAZ FILHO, 2010, p. 46)

Contudo, todo esse estrago político, descriminalização e calúnias proferidas ao movimento indígena, o peso negativo sobre este foi visivelmente sentido, abalando aquelas comunidades que já haviam demonstrado interesse em aderir o movimento e se autodeclararem indígenas e por medo acabavam recuando e desistindo, temendo ataques e até mesmo perseguições por parte de entidades e pessoas não indígenas.

No entanto, o movimento não parou, desestabilizou sim, mas os indígenas estavam cada vez mais fortalecidos e se organizando cada vez mais. O movimento voltou a tomar amplitude e crescer, se expandindo ainda mais na defesa de seus territórios e direitos enquanto indígenas. Pois o movimento que começou com pequeno vilarejo de Taquara tomou uma proporção tão grande no Baixo Tapajós que hoje já se somam mais de 70 aldeias, de 13 povos advindas dos municípios de Belterra, Santarém e Aveiro. E o movimento continua crescendo, recentemente em assembleia do CITA, mas duas comunidades foram aclamadas como aldeia fortalecendo o movimento e somando na luta por direitos e demarcação territorial.

Vale ressaltar que o processo de demarcação de Terra Indígena passa por várias etapas, sujeito à aprovação e reprovação no decorrer do processo, conforme Quadro 2, ao qual são protocolos a serem seguidos até finalmente chegar a conclusão do registro da terra indígena e de fato, a terra passar a ser demarcada.

Quadro 2 - Fases do processo de reconhecimento de uma T.I.

Fase	O que acontece?
1 - Estudos de Identificação	A Funai nomeia um antropólogo para elaborar estudo antropológico e coordenar os trabalhos do grupo técnico especializado que fará a identificação da T.I. em questão.
2 - Aprovação da Funai	O relatório do estudo antropológico deve ser aprovado pela presidência da Funai, que, no prazo de 15 dias, fará com que ele seja publicado.
3 - Contestações	As partes interessadas terão um prazo de até 90 dias após a manifestação do relatório para se manifestar.
4 - Declaração dos limites	O Ministro da Justiça terá 30 dias para declarar os limites da área e determinar sua demarcação física, ou desaprovar a identificação.
5 - Demarcação Física	Declarados os limites da área, a Funai promove a demarcação física.

6 - Homologação	O procedimento de demarcação deve, por fim, ser submetido à presidência da República para homologação por decreto.
7 - Registro	A terra demarcada e homologada será, registrada no cartório de imóveis da comarca correspondente e na Secretaria de Patrimonio da Uniao (SPU)

FONTE: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/demarcacao> acesso em 05 de janeiro de 2022.

O T.I. Munduruku - Taquara teve seu relatório aprovado, conforme Normativa Federal - Publicado no DO em 30 de outubro de 2009, onde reconhece o estudo de identificação da Terra Indígena Munduruku - Taquara de ocupação do grupo tribal Munduruku, localizada no município de Belterra, Estado do Pará.

O Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/1302/2009, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria da antropóloga Edviges Marta Iores, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas. Decide: Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena Munduruku - Taquara de ocupação do grupo tribal Munduruku, localizada no município de Belterra, Estado do Pará. (Normativa Federal, nº 51, DO. 30/11/2009)

Posteriormente, com quase 7 anos após a aprovação do relatório de delimitação pela Funai, com as contestações regionais e federais derrubadas, em 12 de maio de 2016, no governo Dilma Rousseff, a T.I Munduruku - Taquara, sob a Portaria 568, passou para a fase declarada, de posse permanentes deste povo, algo que foi muito celebrado pelo povo Munduruku, que se aproximaram então de ver na prática o cumprimento do artigo 231, da Constituição Federal que diz que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

O então Ministro de Estado da Justiça, Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão, assina a Portaria 568 e publica no DOU, de fase declaratória da T.I. pertencente aos Munduruku - Taquara:

Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Munduruku a Terra Indígena Munduruku - Taquara com superfície aproximada de 25.323 ha (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e três hectares) e perímetro também aproximado de 92 km (noventa e dois quilômetros), assim delimitada: Art. 2º A FUNAI promoverá a demarcação administrativa da Terra Indígena ora declarada, para posterior homologação pela Presidente da República, nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001/73 e do art. 5º do Decreto nº 1.775/96. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na

data de sua publicação. EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU, 12 de maio de 2016).

Atualmente o processo de demarcação territorial da aldeia Taquara se encontra no estágio de declarada, conforme a Quadro 3, aguardando demarcação física, homologação e registro.

Quadro 3 - Fases do processo de demarcação da T.I. Munduruku - Taquara

Documento	Estágio	Número	Data	Publicação
Portaria	Em identificação	799	15/08/2003	18/08/2003
Contrato	Em identificação	2007/001522	17/10/2007	14/11/2007
Portaria	Em identificação	284	24/03/2008	25/03/2008
Despacho	Identificada/aprovada/Funai. Sujeita a contestações.	51	29/10/2009	30/10/2009
Portaria	Declarada	568	11/05/2016	12/05/2016

FONTE: <https://terrasindigenas.org.br/en/terras-indigenas/4176> Acesso em 05 de janeiro de 2022.

2.3 Reivindicações de políticas sociais - econômicas - territoriais na T.I. Munduruku - Taquara

As lutas territoriais são constantes, e mesmo com as gradativas conquistas relacionadas a T.I. outras demandas também são frequentes na aldeia. Reivindicações essas essenciais ao bem viver de qualquer cidadão e que muitas vezes são negadas a populações de baixa renda, principalmente aos povos indígenas, que inúmeras vezes são tratados como atrasos ao progresso do país na luta pela demarcação territorial e que por consequência esses outros fatores essenciais não são oferecidos a estes.

No contexto populacional, desde o primeiro grupo de trabalho que passou por Taquara, no qual foram contabilizadas 127 pessoas esse número vem aumentando significativamente no decorrer dos anos como podemos observar no Quadro 4, abaixo

Quadro 4 - Aumento populacional de Taquara.

Ano	GT/Dados	População
1998	FUNAI/ITAITUBA	127
2001	FUNAI	140
2003	FUNAI	153

2008	FUNAI	171
2022	AUTORA	196

Fonte: A partir de dados da FUNAI, complementados e organizados pela autora, em 2022.

Ainda segundo dados da Funai que destaca que estes dados são um indicativo da alta taxa de natalidade entre os indígenas na última década, cuja dinâmica de crescimento populacional deve ser considerada na delimitação dos limites da Terra Indígena para garantir as condições necessárias para a sobrevivência física e cultural desta comunidade indígena. E destacam ainda:

Os dados populacionais levantados junto aos indígenas e nos documentos na FUNAI informam que em 1985 a população indígena de Taquara era de 73 pessoas; em 1998, a Administração Regional da FUNAI de Itaituba computou 127 pessoas e, em 2001, outro levantamento da FUNAI indicou 140 pessoas. Com base nestes dados e nos levantados pelo GT em 2003 e atualizados em 2008 foi elaborada para uma projeção mínima do crescimento populacional dos indígenas Munduruku de Taquara. Assim, durante um período de vinte e três anos, entre 1985 e 2008, encontramos um crescimento populacional absoluto na ordem de 134, 24%, e um crescimento médio anual de 5,82%. Pouco mais da metade da população dos indígenas Munduruku de Taquara, precisamente 52,03%, encontra-se na faixa etária mais jovem, constituída por crianças e adolescentes de até quinze anos. Destes, 42,68% é constituído por crianças entre zero e dez anos, o que indica uma alta taxa de natalidade nesta última década e uma projeção de elevado crescimento populacional para o futuro. (Trecho do relatório antropológico, 2008)

Atualmente (2022) o quantitativo de pessoas morando na T.I é de 196 pessoas, lembrando que esse número é das pessoas residindo diretamente no local, pois o quantitativo é bem maior se contabilizado com as pessoas que saíram da aldeia por motivos de trabalhos, visando uma melhoria de vida ou até mesmo para cursar uma graduação, principalmente na UFOPA. A ida desses jovens a cidade em busca da realização de sonhos e melhorias de vida, é justamente para dar um retorno à aldeia, organizando e buscando respaldos técnicos e jurídicos a fim de manter a cultura e o direito dos indígenas sem violações e intimidações por parte de qualquer membro ou instituição que possa acontecer e até mesmo mediar conflitos que são corriqueiros.

No entanto, com o crescimento populacional as demandas por políticas públicas também são frequentes, tanto na área da saúde, educação, transporte, energia, estrada dentre outras demandas, conforme enfatizado no recente Protocolo de Consulta da Aldeia (2021), ao qual os indígenas sofrem com descaso e desrespeito conforme relatado:

O que nosso povo passa é um exemplo desse desrespeito, por exemplo, na educação a quantidade de merenda é inadequada para suprir as necessidades dos alunos nos dias letivos e a contratação de servidores deveria ser por escolha nossa. Na saúde, a falta de um posto de saúde 24 horas. Queremos a criação de um posto de saúde indígena com saúde diferenciada, um carro de apoio para transportar o doente caso precise ir para a cidade e apoio nos eventos culturais da aldeia. Nossos Direitos não podem ser violados, seja na educação, saúde, ambiente territorial etc. (POVO MUNDURUKU/TAKUARA, 2021, p. 18)

No que tange a educação, Taquara, têm o funcionamento do ensino primário ao Ensino Médio (SOMEI), este implementado em outubro de 2011, devido a constantes dificuldades do deslocamento de alunos até a comunidade vizinha, principalmente no período de inverno. Daí a oferta da merenda escolar é inviável para suprir a necessidade dos alunos da aldeia. Na questão da contratação de servidores indicados pela própria aldeia, é, justamente para se implementar a tão sonhada educação escolar indígena diferenciada, de modo que, venha ser aplicada no ensino dos alunos, não só o conteúdo padrão das escolas não indígenas como também a questão da língua materna, os costumes da aldeia e as práticas culturais e históricas e notório saber.

Em relação à saúde, a Aldeia conta com um Agente Comunitário de Saúde (ACS) e não tem nenhum posto de saúde, o mais próximo é o da comunidade vizinha em Prainha I, que, no entanto, o deslocamento nem sempre é viável até o posto de atendimento e são constantes a falta de estoque de remédios. A CASAI/SESAI de Santarém, faz esse acompanhamento da saúde na aldeia, pois no município de Belterra onde as três aldeias Munduruku fazem parte, não há nenhuma casa de apoio que atendam a saúde dos indígenas. Por isso a necessidade do carro de apoio na aldeia, tendo em vista que a distância de Taquara a Santarém é de aproximadamente 137 km.

A questão territorial é a mais debatida e reivindicada pelos indígenas, uma vez que, o olhar que estes têm pelo seu território é uma questão de pertencimento e sobrevivência, diferentemente do olhar economicista, e o território Munduruku da aldeia Taquara ele abrange lagos, rio, igarapés, sítios arqueológicos, terra pretas, cerâmicas, minérios e uma diversidade de fauna e flora que são essenciais na vida de seus moradores. Em mais um trecho do protocolo de consulta é possível entender a posição de resistência e defesa territorial:

Temos uma riqueza muito grande em nossas mãos e uma grande responsabilidade de preservar nossa floresta e suas biodiversidades. Esse é nosso objetivo, pois dependemos dela para nossa sobrevivência. Dependemos do nosso território praticamente para tudo. É por causa dessa riqueza que madeireiros e pescadores têm grandes interesses em explorar nosso território. Existem lugares sagrados que são

cultuados desde nossos ancestrais e que precisam de nossa proteção para continuarem sagrados (POVO MUNDURUKU/TAKUARA, 2021, p. 08 - 09)

Diante dessa autodeterminação de ser indígena Munduruku, de defender seus interesses, quebrar estereótipos que desqualificam os indígenas do Baixo Tapajós, os conflitos socioambientais e territoriais são frequentes. Deste modo, os Munduruku também documentaram o que entendem por justiça em forma de desabafo, visando a seguridade das leis pertinentes e favoráveis a seus interesses.

Justiça é lutar pelos nossos objetivos e garantir nossos Direitos, respeitando as decisões tomadas por nós e que sejam acatadas por nossos representantes governamentais, bem como fazer valer e cumprir os direitos e deveres garantidos na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Que o poder público, seja em nível municipal, estadual ou federal, respeitem nossa terra, rios, lagos e florestas, frente aos grandes empreendimentos que ameaçam nosso território, pois este é fundamental para a subsistência do povo indígena que nele habita. Pois, não é certo derrubarem nossas florestas, retirem nossos minérios, invadirem nossos rios, ficando apenas devastação, escassez de alimentos, ar poluído em decorrência dos fertilizantes usados na produção de soja. (POVO MUNDURUKU/TAKUARA, 2021, p 17)

Nesse contexto, para se conseguir alcançar e acessar as políticas para território as batalhas são constantes, sejam elas através de ofícios, documentos, manifestos e até mesmo parcerias com instituições que atuam na Flona do Tapajós e com as populações tradicionais em busca de melhorias, como é o caso do Projeto Saúde Alegria (PSA), Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (COOMFLONA) e Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós, no entanto, tem aspectos que dependem exclusivamente dos órgãos municipais, estaduais e federais para serem efetivados.

A busca por melhorias impulsiona cada vez mais os Munduruku a persistirem na defesa e resistência por acesso a políticas que outrora não passava de utopia, mas que agora é possível vislumbrar e ter acesso embora seja mais trabalhoso, no entanto, a relação com os antepassados propiciam essa determinação de resistência e pertencimento e o desejo de continuar na luta constante.

CAPÍTULO 3: AVANÇOS E RETROCESSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS - ECONÔMICAS E TERRITORIAIS NA T.I. MUNDURUKU - TAQUARA

Neste capítulo especificamente, após compreender que as políticas públicas são formas de atender as necessidades de determinado grupo específico, bem como a sociedade

em geral, a depender de suas demandas e que devem atender a todos os cidadãos. Por isso as lutas e embates dos povos indígenas são constantes na tentativa de amenizar situações desumanas que as populações sofrem.

Os caminhos de cooperação e conflito que os temas percorrem nas agendas governamentais revelam a aderência e a vontade político-institucional dos atores responsáveis pela elaboração e implementação das políticas públicas, o que possibilita compreender as razões que elevam alguns assuntos à categoria de prioridade, enquanto outros ficam secundarizados dentro dos bastiões do governo (FEITOSA; ARANHA, 2020).

E diante de muitas reivindicações, os avanços e retrocessos destas serão apresentados em seguida relacionada a T.I. Munduruku Taquara enfatizando os impactos negativos e positivos com a implementação dessas políticas.

3.1 Avanços das políticas públicas sociais - econômicas - territoriais na T.I. Munduruku - Taquara

Os avanços de políticas chegaram sim a aldeia Takuara, políticas essas voltadas para suprir necessidades fundamentais dos indígenas, porém, a educação, estrada, energia, transporte, etc, não chegou ao território porque o poder público viu essa necessidade, pelo contrário, o embate, as lutas e reivindicações foram e são constantes.

As parcerias com entidades independentes do governo são imprescindíveis para atender a demanda das populações muitas vezes invisibilizadas pelos governo, como é o caso do projeto do PSA implementado em Takuara que são o Sistema de abastecimento de água e as Cisternas¹, que embora vivamos a margem do rio Tapajós, não tínhamos água tratada e nem banheiros estruturados minimamente.

De acordo com o Tuxaua Leonardo Pereira, quando questionado sobre quais foram os avanços das políticas públicas no Território a partir de 1998, período em que Taquara passou a ser (re) conhecido como um povo indígena ele respondeu, que:

As políticas públicas de 1998 pra cá, que a gente já conquistou, que a gente tem como base dentro do território, né? É educação, que na verdade não acontecia nem Ensino Médio e hoje já tem. Outras políticas como estrada, energia [...]. Para nós com a abertura da estrada, melhorou porque a gente vai na cidade e volta no mesmo

¹ Ver mais em: Sistemas de água e saneamento de Cisternas beneficiam mais de mil e duzentas famílias no Pará.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ujHgiQXQL8> Acesso em: 23 de fev. de 2022.

dia, então melhorou muito. A energia é uma coisa que eu poderia dizer que é um benefício que veio do governo, que veio assim não de mão beijada, hoje a gente paga. Como iniciativa de política pública ela deu até um incentivo de controlar doenças, que antigamente só se comia salgado e hoje a gente tem uma geladeira que já conserva a comida pra comer bem fresquinha. (SANTOS, 2022)

É importante frisar que a educação foi conquistada ao território gradativamente, e que o ensino médio só chegou no final de 2011, na forma SOMEI. Política essa que veio beneficiar não só os indígenas como alunos de comunidades vizinhas que também tinham dificuldades de acesso à Escola Polo de Prainha.

Ademais, a língua materna Munduruku é ministrada na Aldeia, desde o primário ao 9º ano, passo muito importante tratando da questão étnico cultural de um povo: a língua materna.

Outra conquista também na educação é o ensino superior, principalmente na UFOPA, o acesso de estudantes indígenas possibilita conhecer mais e defender melhor os direitos de seus povos, retorno este voltado ao seu território.

Recentemente, foi inaugurado pela Prefeitura de Belterra em 15 de novembro de 2021 a escola que a muito se sonhara, tendo em vista que o projeto original elaborado pela Aldeia em 2004 a 2005, seria uma escola com 06 (seis) salas, secretaria, biblioteca, etc., mas que se perderam, e a partir de então, um novo foi elaborado, desta vez com apenas 04 (quatro) salas, cozinha e banheiros, conforme imagem a seguir:

Figura 01: Escola M.E.F. Laurelino Floriano Cruz



FONTE: Acervo, Lucia Santos (2022)

Quando o Tuxaua fala da questão do transporte, energia e estrada, muito se padecia para chegar até a cidade, seja Belterra e Santarém, as viagens levavam em média três dias para ir e voltar à aldeia. Atualmente a energia é elétrica é 24 horas e o transporte,

principalmente ônibus, chegam na aldeia fazendo o mesmo trajeto mencionado anteriormente em um único dia.

Em relação à saúde dentro na aldeia, tem-se o apoio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI), ambas localizadas em Santarém é que fazem esse acompanhamento e atendimento aos indígenas, fazendo visitas regularmente, encaminhamento para outras unidades, etc., remoção de pacientes, sejam de transporte via terrestre ou aéreo, já que são órgãos que trabalham especificamente com a saúde indígena.

Com relação aos avanços territoriais, este está na fase Declarada de posse permanente aos Munduruku - Taquara, conforme a Portaria nº 568 de 12 de maio de 2016, que foi muito celebrado pelos Munduruku a divulgação desta portaria no Diário Oficial da União, pois foi mais um passo importante para a tão sonhada Demarcação Territorial.

A questão da saúde e o território está muito imbricado, pois um depende do outro, ficando claro na fala de Leonardo Pereira (2022) quando questionado sobre qual a importância do Território e ele fala que: para o povo Munduruku, o território é fundamental porque sem a nossa terra nós não vivemos e a floresta é vida. Sem a floresta não existe vida. Então é importante o território não só para os Munduruku, mas toda a população indígena os seus territórios são algo que vem para o bem de toda a população.

3.2 Retrocessos das políticas públicas sociais - econômicas - territoriais na T.I. Munduruku - Taquara

Falar de retrocessos dentro da T.I. Munduruku-Taquara, é importante destacar a fala do Tuxaua Leonardo Pereira transcrito abaixo conforme entrevista realizada no dia 28 de janeiro de 2022, relacionado a questão da demarcação da terra:

Se nosso território já fosse demarcado, a gente poderia mudar a vida da população. De viver com medo da invasão, de viver com medo do roubo de madeira, de viver com medo de ser morto, de dormir vivo e amanhecer morto pelos invasores, sojeiros, caçadores. Então são coisas que precisam ser olhadas com carinho. (SANTOS, 2022)

Deixando claro que a principal demanda é a questão territorial, de forma que estaríamos mais protegidos tendo nossos territórios validados pelos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

Embora tenhamos esses artigos específicos para as populações indígenas, na prática é totalmente diferente, deixando assim os indígenas expostos à invasão territorial, materiais entorpecentes, alcoolismos dentre outros fatores negativos.

Vale ressaltar, que embora a T.I. Munduruku - Taquara tenha sua portaria de publicação declara esses direitos não estão totalmente assegurados, uma vez que, o atual poder público, seja esfera municipal, estadual ou federal, diverge dos preceitos dos indígenas, conforme pontuado pela liderança Munduruku:

O poder municipal, a gente sabe que hoje o prefeito até se falar de índio para ele é um entrave na prefeitura, né? Então o prefeito não tem um diálogo com a gente. Então se a gente tivesse um governo que respeitasse a ansiedade e o desafio da população melhoraria muito. Falta melhorar essa posição do prefeito com indígenas. Quanto o federal, é criar projetos de sustentabilidade pra dentro da aldeia, a gente quer muito que os indígenas sobrevivam muito da bolsa família, aposentadoria. Então assim, o governo tem que criar formas de sustentabilidade para a população. O governo precisa olhar para os indígenas com carinho. Tratar os indígenas como cidadão, se ele não trata os indígenas como cidadão, para que ele quer o voto? (SANTOS, 2022)

O que fica claro que o interesse do poder municipal é expandir a produção de grãos no município de Belterra, o que impede o regimento e as portarias de declaração dos dois territórios dos municípios, ambos Munduruku. Tanto é, que em uma de suas falas corriqueiras proferiu que considera um atraso a economia do município as duas terras indígenas TAKUARA e Bragança-Marituba.

O que não é diferente do ponto de vista do poder público federal, em que o atual presidente da República afirma “não vou demorar nem um centímetro de terra indígena”, e que é um atraso para o progresso do país.

Então o que os governos pregam acabam deixando essas populações cada vez mais vulneráveis a invasão madeireira, ao garimpo ilegal, expansão de patos e grãos, que consequentemente o desmatamento sem medidas, os povos indígenas acabam sendo “tanto faz”, segundo as autoridades que deveriam proteger e respeitar os indígenas os tratam como atrasos, oposição, dentre outros adjetivos.

Por conta disso, os indígenas sofrem com os desafios enfrentados na saúde, transporte e estrada, principalmente no período de chuvas, falando especificamente da T.I. Munduruku, a educação escolar diferenciada nem ao menos é implementada e a demarcação

do território fica cada vez mais ameaçada. Conforme relato abaixo, em relação a atual conjuntura:

A atual conjuntura do governo, do nosso presidente, é esse desrespeito de querer diminuir nosso território, de acabar com [...]. Eu acho que ele tem que olhar que nós somos populações de já vimos de séculos e séculos atrás. Se ele olhasse, lesse a história de que nos indígenas, negros e quilombolas somos os verdadeiros donos desse lugar. Infelizmente existe esse lado da conjuntura ser só para os bancos, não olha para os negros, indígenas. Aquele que tem dinheiro, os grandes empresários, sojeiros. Pois o que ele fala que é acabar o território dos indígenas para dar pros fazendeiros para produção para produzir, enquanto os indígenas ficam a mercê de tudo. (SANTOS, 2022)

De forma clara e evidente, o maior retrocesso é a morosidade da conclusão das etapas finais para a Demarcação desta T.I. pois os aspectos políticos partidários agem com destreza às populações indígenas, o que não difere dos Munduruku de Taquara, conforme supracitado pelo Tuxaua.

Consequentemente, com esses entraves o território fica vulnerável ao desmatamento, roubo de madeira de leis, invasão para criação de pecuária e grãos, rios e lagos ficam expostos. Além do mais as flexibilizações constantes para o avanço da mineração e pactuação da atual conjuntura deslegitima até mesmo as leis já existentes possibilitando inúmeros conflitos entre indígenas e não indígenas.

A demarcação física, sem dúvidas, é muito sonhada e aguardada. O próximo passo após fase Declaratória a FUNAI pode realizar o plaqueamento da referida terra indígena, a FUNAI pode delegar esta função a qualquer ente público ou privado, que atue a partir de licitação, a fim de materializar e georeferenciar de fato a demarcação física.

Para tanto, Santos (2019), justifica que este processo de plaqueamento ainda não ocorreu, provocando o atraso no processo da FUNAI, que nos últimos anos encontra-se sucateada e os servidores às vezes acabam tirando recursos do próprio bolso, para se locomover o que se torna muito oneroso. Desde a assinatura da portaria nº568/2016, o povo Munduruku Taquara está há 5 anos aguardando que a FUNAI faça o devido plaqueamento do seu território.

As melhorias geram um impacto positivo, claro, no entanto, trazem consigo consequências negativas também, pois quando o Tuxaua se refere a “ Saúde, que é um desafio. Educação ela não é tão boa, ainda falta muita coisa para melhorar [...] Território” é que realmente ainda há muito a se fazer, muito a se melhorar dentro desta T.I., por exemplo,

atualmente não tem posto de saúde dentro da aldeia, não tem uma de Casa de Saúde Indígena no município de Belterra que possa atender não só Taquara, mas as demais aldeias Munduruku do município também.

Outro aspecto desfavorável aos indígenas é flexibilização das leis para a mineração, extração de minérios ilegais no Alto Tapajós, que prejudicam-os diretamente, pois a coloração das águas já são perceptíveis até nos lagos destinados à reprodução dos peixes e sustento da aldeia. O igapó também está afetado uma vez que as águas do rio Tapajós têm acesso direto a estes. Daí a preocupação externada das lideranças quando mencionam a atual conjuntura e os impactos da mineração desesperada.

A principal fonte de sustentabilidade advindas do rio, está ameaçada, os temores são constantes porque a principal fonte está afetada impossibilitando hoje a dar de beber a seus dependentes: os indígenas. Dar de comer já está incerto.

Figura 02: Frente da Aldeia parte baixa com vista para o Rio Tapajós.



FONTE: Acervo, Lucia Santos (2022)

De acordo com a imagem acima (Figura 2), o Rio Tapajós segue seu fluxo em frente a Aldeia, sendo o maior provedor de subsistência dos indígenas e que nesse momento se encontra gravemente ameaçado por conta das irresponsabilidades das autoridades, seus dependentes, ficando nítido a preocupação na fala do Tuxaua Leonardo Pereira (2022):

A situação do rio Tapajós, eu vi alguns comentários de pessoas na internet falando que o Tapajós está assim por causa dos temporais, que já é de longo tempo, etc. e tal.

Eu repudiei. Porque quando eu me entendi o rio Tapajós ele era cristalino, não existia essa lama que existe hoje, eu penso que nós podemos nos manifestar diante dessa situação. Pois não é só em Alter do Chão, pois ela mexe na veia do Tapajós todinho. Porto do Taquara, não enxerga mais o fundo do igapó. Está afetando todo mundo. Hoje você não pode mais tomar a água do rio. Hoje os peixinhos estão muito magros, e num período anterior desses eles estavam bem gordinhos, preocupação com os peixes. Nós estamos completamente prejudicados, e pode até haver pessoas aqui dentro da aldeia contaminadas, com mercúrio no sangue. Rio contaminado por mercúrio, solo e ar contaminados por fertilizantes da soja que rodeiam nosso território e chove e corre para as cabeceiras dos igarapés, estamos encurralados tanto por rios e BR. (SANTOS, 2022)

As lutas dos povos indígenas por acesso às políticas públicas são constantes, suas demandas inúmeras vezes são ignoradas, pois os governos pregam políticas totalmente desfavoráveis aos indígenas, independente da esfera.

São inúmeros Projetos de Leis e PECs que desapropriam e deslegitimam essas populações, ameaçadas e tratadas como "empecilhos ao progresso" do país, quando na verdade o que se busca nas mais diversas são atribuídas à existência de indígenas constantemente. Essas relações são violações de direitos, conforme menciona Scopel *et al.* (2018)

Entretanto, as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, em alguns setores, ainda permanecem marcadas por ações que violam os direitos humanos, depõem contra a vida de indivíduos e ignoram os valores, a organização política e a cosmologia desses povos. De forma geral, a história mostra-nos que as ações do Estado se impõem com pouco ou nenhum espaço para o diálogo que vise a um consentimento ou acordo entre as partes envolvidas, de modo a ignorar os protocolos indígenas que orientam as relações com os não indígenas e os demais seres que habitam o cosmo indígena. (SCOPEL. *et al.* 2018)

Portanto essa falta de responsabilidades e desrespeito com as populações indígenas trazem impactos para incontáveis pessoas, sejam estas indígenas ou não, no caso da contaminação do Rio Tapajós, por exemplo, contribui negativamente para a dizimação de um povo inteiro, por que sua fonte de subsistência está ameaçada, a saúde estará ainda mais comprometida, o território um puro descaso em proteção, e isso não são apenas balelas, o estudo feito pela Polícia Federal do Pará comprova que a coloração das águas do Rio Tapajós são consequência do desmatamento e mineração do Alto².

² Garimpo e desmatamento causaram mudança de cor da água de em Alter do Chão, diz PF. Disponível em:

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2022/02/17/garimpo-e-desmatamento-causaram-mudanca-de-cor-de-agua-de-rio-em-alter-do-chao-diz-pf.ghtml> Acesso em: 22 de fev. de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas dos povos indígenas por acesso às políticas públicas são constantes, suas demandas inúmeras vezes são ignoradas, pois os governos pregam políticas totalmente desfavoráveis aos indígenas, independente da esfera.

Feitosa e Aranha (2020), dizem que o território como uma das concreções do espaço geográfico se constitui enquanto unidade e mantém as mesmas características universais embutidas no conceito de espaço geográfico.

Ainda de acordo com esses autores, eles falam que as políticas públicas se constituem como elementos (ou variáveis) do território que, ao se combinarem com outros elementos preexistentes, fazem da unidade do território seu fundamento político, econômico e social.

Pensar o território com base nas políticas públicas é diferente de pensar as políticas públicas com base no território; a primeira opção é o motivo da cegueira geográfica no planejamento governamental brasileiro em função de o território estar sempre em detrimento das políticas públicas (FEITOSA; ARANHA, 2020)

Considerando, as constantes incertezas a que os Munduruku de Taquara enfrentam, a resistência, etnicidade e persistência sempre foram fatores para buscar reconhecimento e defender a vida, pois sem território não há vida, conforme destacado pelo Tuxaua da Aldeia.

Desta forma, a morosidade na finalização da demarcação da T.I. que muito se vislumbra, inclusive por todas as populações indígenas de terem seus territórios devidamente demarcados, coloca em risco todo o processo étnico racial quando nega sua originalidade e não reconhece o direito destes ocupantes.

É indispensável, não mencionar aqui, que a violação de direitos e a demora do procedimento administrativo, a ser concluído está cada vez mais incerto, a depender da atual conjuntura na qual o atual Presidente da República, argumentou abertamente em inúmeras ocasiões que “não demarcava nenhum centímetro de terras indígenas” e que são “improdutivas” provando sua falta de sensibilidade e elucidando sua ignorância retratada em suas falas aos povos originários.

Nesse contexto, Santos (2019), ressalta que a demarcação de uma terra indígena, não é mazela do executivo, e que, portanto, não pode ser considerada um pretexto de negação do direito dos indígenas. E que os atos constitucionais tendem a ocorrer independente de quem esteja exercendo o poder.

Para esse mesmo autor, o direito ao território dos Munduruku de Taquara é garantido pela sua resistência ao longo de mais 100 anos, se concretizando o direito originário sobre suas terras, afirmou de maneira categórica que a luta dos Munduruku pela demarcação de sua Terra, os torna mais forte contra todas as investidas adversas que ocorreram para a sua extinção, resistir para existir sempre foi a sua marca registrada ao longo da história. (SANTOS, 2019)

Desta forma, conclui-se que a questão territorial é a maior preocupação e aflição dos Munduruku, principalmente pela demora do processo de demarcação física do local. A saúde também têm demandas críticas a serem melhoradas e construídas no território.

Em relação à educação, embora tenha avançado timidamente o atendimento, ainda há muito a se fazer, muito a se conquistar através de lutas, lutas por um quadro de professores conhecedores de causa e que apliquem o notório saber na escola também, luta por uma alimentação escolar atendam a demanda dos alunos sem deixar os costumes de fora dos cardápio. Acesso à biblioteca e outros meios de pesquisa, como os tecnológicos por exemplo.

Quanto à saúde, alguns aspectos também tiveram avanço, embora o sonho de ter um posto de saúde dentro da T.I. continue. O posto de saúde está sendo construído gradativamente dentro da T.I. graças aos esforços dos indígenas que mesmo sem ter recurso suficiente, o trabalho coletivo e voluntário está sendo aos poucos sendo construído, mesmo sem apoio municipal nenhum.

As políticas públicas identificadas em Takuara que beneficiam os indígenas como saúde, educação, estrada e energia, mesmo deficitária impactam negativamente a vida dos indígenas, a abertura da estrada por exemplo, facilita a entrada de pessoas mais rapidamente o que acabam entrando com mais facilidade materiais ilícitos, bebidas alcoólicas.

Quanto ao segundo viés deste trabalho, no que tange o quesito economia, o que é nítido é que os indígenas Munduruku de Taquara, necessitam de projetos e ou programas que os envolvam, que impulsionem a economia sustentável local, pois atualmente a aposentadoria, auxílio do governo como Bolsa Família (Auxílio Brasil), salário maternidade, acabam que

sendo os principais recursos. A questão econômica ainda é muito centrada em torno desses benefícios.

Há inúmeras formas de acessar recursos, talvez a falta de informação e conhecimentos sobre editais ou de como submeter projetos acabe contribuindo para não se buscar outras formas de se trabalhar com indígenas. Impulsionar a Associação de Produtores Rurais da Aldeia Munduruku Takuara (ASPRAMUT) a ser precursora e fomentar a renda local seja uma das formas de esta viabilizando essa impulsão.

Reiterando mais uma vez, a falta de diálogos por parte dos seus representantes políticos é insatisfatória, na qual julgamos como fator primordial para não contemplar tantos avanços na T.I. no âmbito social, econômico e territorial.

Os povos indígenas são marginalizados veementemente, possibilitando um avanço de forma sustentável priorizando a cultura do bem viver, o que acaba preponderando as políticas negacionistas e depreciação do meio ambiente em disparada, uma vez que os governos compreendem os problemas e as demandas do território, fingindo demência destes povos enquanto parte da sociedade.

Os territórios são sagrados, significa vida ao olhar do indígena e que precisam ser respeitados e demarcados. Além do mais, políticas que englobam as necessidades humanizadas dessas pessoas devem ser pensadas, criadas e implementadas, pois as políticas existentes na T.I. Munduruku Takuara veio através de muitos embates, lutas, protestos e reivindicações constantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**. Vol.3–n.2 – julho/dezembro–2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67/63>. Acesso em: 10 de março de 2021.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Resistência e Mobilização dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós**. Agosto 2014. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2021/04/01-resistencia-mobilizacao-indigenas-baixo-tapajos.pdf> Acesso em 22 de dezembro de 2021.

CARDOSO, Marina. **O som dos maracás (homenagem a Ailton Krenak):** medicinas indígenas e saúde pública. Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. São Carlos, SP, Brasil. 2020.

CLOSS, Lisiane; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. **Economia Criativa e Territórios Usados:** um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. Porto Alegre – RS, Brasil. Cad. EBAPE.BR, v. 15, nº 2, Artigo 9, Rio de Janeiro, Abr./Jun .2017.

BELTRÃO, Jane Felipe et al. **Povos Indígenas nos Rios Tapajós e Arapiuns**. Gráfica Super Cores. Belém, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Despacho FUNAI nº 51:** Relatório da T.I. Munduruku - Taquara. Diário Oficial - 30 de outubro de 2009. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/despacho-51-2009_72424.html Acesso em 04 de janeiro de 2022

BRASIL: Portaria nº 568/2016. **Diário Oficial da União**. 12 de maio de 2016. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/5552/1/PRT_GM_2016_568.pdf Acesso em 04 de janeiro de 2022.

FASES DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DA T.I. MUNDURUKU - TAQUARA. Disponível em: [Terra Indígena Munduruku-Taquara | Drupal](#) Acesso em 05 de janeiro de 2022.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS** Vol. 18 nº. 51. fevereiro/2003

FEITOSA, Luciana da Costa; ARANHA, Pablo Ruyz. Planejamento e Políticas públicas: A “Cegueira Geográfica” nas Políticas Públicas Territoriais e Regionais Brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.22. 2020

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas. Públicas**. N 21 – jun. de 2000.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012.

IORES, Edviges Marta. **Uma floresta de disputas**: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

POVO MUNDURUKU/TAKUARA. **Protocolo de consulta**. Belterra - Pará, 2021.

SANTOS, Leonardo Pereira dos. Entrevista sobre o panorama atual da T.I. Munduruku - Taquara. Belterra - Pará, 2022.

SANTOS, Milton. **Território, globalização e fragmentação**. 4ª edição, São Paulo, 1998.

SANTOS, Raimundo Abimael Ferreira dos. **Terra Indígena Taquara no Município de Belterra - Pará**: Processo de Demarcação Direito Originário em face aos Atos Administrativos. Monografia. Santarém, Pará. UFOPA: 2019.

SCOPEL, Daniel; DIAS-SCOPEL, Raquel; LANGDON, Esther Jean. **A cosmografia Munduruku em movimento**: saúde, território e estratégias de sobrevivência na Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. v. 13, n. 1, p. 89 -108, jan.- abr. 2018.

SILVEIRA, Maria Laura. **Território usado**: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1)*: Janeiro/Dezembro - 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Geografias da desigualdade; globalização e fragmentação**. 4ª edição, São Paulo, 1998.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A Emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia**. Tese de Doutorado. Salvador, 2010.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: AVANÇOS E RETROCESSOS DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO SOCIAL - ECONÔMICO - TERRITORIAL: O
CASO DA T.I. MUNDURUKU - TAQUARA, BELTERRA - PARÁ.**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA: LIDERANÇAS DA ALDEIA TAKUARA, BELTERRA -
PARÁ (APLICADO)**

IDENTIFICAÇÃO

Nome do (a) entrevistado (a): _____

Idade: _____. Função: _____ Data da entrevista: ____ / ____ / ____

1 - Qual a importância do Território para você indígena Munduruku?

2 - Qual a atual situação da T.I. Munduruku - Taquara relacionada a demarcação territorial?

3 - O que você acha que mudaria com a demarcação da T.I.?

4 - O que você entende por políticas públicas?

5 - Quais foram os avanços das políticas públicas no Território a partir de 1998?

6 - Com esses avanços de políticas públicas na T.I., quais foram os retrocessos?

7 - Como você vê a atuação do poder municipal, estadual e federal atualmente na T.I.?

8 - Quanto a questão social e econômica, quais são as principais fontes de renda?

9 - Na sua opinião, o que poderia melhorar para que as políticas públicas atendam a todos os indígenas da T.I.?

10 - Que mudanças após a abertura da estrada você percebeu na T.I. na questão social, econômica e territorial entre benefícios e malefícios?

11 - Quais impactos da mineração no alto Tapajós trazem a T.I. Munduruku - Taquara?

12 - Como você analisa a atual conjuntura do país em relação aos povos indígenas?

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA CENTRAL RUY BARATA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

1. Identificação do autor

Nome completo: DIANA SOUZA CRUZ

CPF: 701.531.702-80 RG: 7747618 Telefone: (93) 99103-9682

E-mail: sousacruziana@gmail.com

Titulação recebida: Bacharel

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

Sim Não

2. Identificação da obra

Monografia TCC Dissertação Tese Artigo Científico Outros:

Título da obra: AVANÇOS E RETROCESSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO SOCIAL - ECONÔMICO - TERRITORIAL: O CASO DA T.I. MUNDURUKU - TAQUARA, BELTERRA - PARÁ.

Programa/Curso de pós-graduação: PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL / CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Data da conclusão: 18/02/2022

Orientador: Dr Márcio Júnior Benassuly Barros

E-mail: marcgeo2000@yahoo.com.br

Examinadores: Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa (CFI/UFOPA)

Prof.^a Msc Francilene Sales da Conceição (UEA/AM)

3. Termo de autorização

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, na Biblioteca Ruy Barata, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da

autorização concedida.

Santarém, 24/03/2022

Diana Souza Cruz
Assinatura do autor

4. Tramitação

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em _____/_____/_____.

Responsável:
Siape/ Carimbo: